



SOBRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AGENDA APÓS 2015

Alguns Dados e Factos

- 1 em cada 7 pessoas no mundo é migrante: 230 milhões de migrantes internacionais; 740 milhões migrantes internos;
- 48% das pessoas migrantes são mulheres;
- estimativas indicam que poderá haver cerca de 400 milhões de migrantes em 2050 (em 1990 eram 150 milhões);
- a migração Sul-Norte representa só 35% do total dos movimentos - 34% das pessoas migram entre países do Sul; 25% entre países do Norte; e 6% de Norte para Sul (UN DESA 2012);
- \$414 mil milhões em remessas para países em desenvolvimento em 2013 (UNDESA): 3 vezes a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e próximo do valor do Investimento Direto Estrangeiro global;
- A maior parte das remessas é enviada do Norte para o Sul (pelo menos 43%), mas o volume enviado entre países do Sul e entre países do Norte é também significativo.

O que sabemos

Estamos numa era de mobilidade humana sem precedentes. Nunca as migrações atingiram a dimensão e o nível de complexidade que têm hoje. A maioria das pessoas migra em busca de melhores oportunidades económicas e sociais. Os desequilíbrios demográficos e as assimetrias dos mercados de trabalho, estão a levar a uma crescente procura de trabalhadores estrangeiros para sustentar as economias nacionais. Por outro lado, há um número crescente de pessoas que são forçadas a deixar o seu país por causa de conflitos, instabilidade e extrema violência.

A migração irregular pode aumentar o risco de cair em situações de tráfico de seres humanos, de exploração e violência, pode levar a difíceis condições de trabalho e de vida e, em alguns casos, intolerância quando chegam em solo estrangeiro. A situação irregular é propiciadora de condições de forte vulnerabilidade no acesso e proteção em matéria de saúde, educação, formação profissional, segurança laboral e social com forte probabilidade dos seus direitos fundamentais serem violados.

O aumento crescente da migração feminina é uma das mudanças mais significativas nos padrões de migração - há a cada ano mais mulheres migrantes. As mulheres constituem agora metade da população migrante internacional e, em alguns países, chegam aos 70 ou 80 por cento. As mulheres migrantes frequentemente acabam em empregos de baixas qualificações e na economia informal. Por isso, estão expostas a um risco muito maior de exploração (para fins de exploração sexual ou de servidão doméstica), violência, abuso e tráfico de seres humanos. As mulheres e as jovens traficadas são expostas à violência sexual e infeções sexualmente transmissíveis, incluindo VIH e ao mesmo tempo são a população que tem menor acesso a programas de tratamento e prevenção.

Há no entanto que reconhecer o número crescente de mulheres com qualificações académicas que migram para a realização profissional, acabando por constituir família no país de acolhimento, o que será responsável por

alterações das dinâmicas familiares, quer do país de acolhimento quer no país de origem. Os dados disponíveis mostram que as mulheres enviam para casa uma proporção maior de seus ganhos do que os homens. Estas contribuições permitem alimentar, educar as crianças e jovens e melhorar os padrões de vida das famílias de origem. Condições de emprego melhores e mais seguras nos países de destino permitiriam às mulheres migrantes contribuir ainda mais para a redução da pobreza das famílias e comunidades de origem.

Práticas nefastas como a Mutilação Genital Feminina/corte, os casamentos forçados, precoces e arranjados, crimes de honra, preferência pelos filhos do sexo masculino, tabús alimentares e outras, a discriminação de género e a violência sexual e doméstica não têm as fronteiras geográficas que balizam as migrações; se não bem prevenidas e a sua proibição divulgada surgem, frequentemente, como manifestações de identidade cultural, frequentemente com argumentário religioso e de tradição nacional.

Como as migrações contribuem para o desenvolvimento

A migração é cada vez mais percebida como podendo contribuir para o desenvolvimento bem como um aspeto importante do processo de desenvolvimento global. Considerações sobre Migrações devem ser incorporadas nas políticas a nível nacional, regional e global pois terão um impacto quer no que respeita à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio quer nas estratégias de desenvolvimento e direitos no quadro da Agenda pós 2015.

“...a política para as migrações é uma parte essencial da cooperação para o desenvolvimento. A regulação das migrações permite a circulação e o desenvolvimento, por oposição à denominada «fuga de cérebros». (...) Esta regulação passa por políticas concretas, assentes na sustentabilidade dos fluxos migratórios. Assim, Portugal empenhar-se-á em concretizar uma política de migrações que respeite as necessidades e prioridades tanto de países de origem como de destino.”

Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 - Promoção da proteção social, inclusão social e emprego

Muitas pessoas migrantes mantêm vínculos de proximidade com os países de origem. **É reconhecida a contribuição importante das migrações para a redução da pobreza e desenvolvimento humano nas suas várias formas:**

- Contribui para a redução da mortalidade infantil, o aumento de níveis educacionais e salários, assim como o empoderamento e participação de mulheres e jovens.
- Em contexto de migração segura, as remessas enviadas a países em desenvolvimento - \$410 mil milhões em 2013 - são também um elemento de estabilidade macroeconómica e uma fonte importante de capital e de divisa estrangeira.
- As pessoas migrantes contribuem ideias, capital social e humano, incentivam o comércio bilateral e o investimento direto nos países de origem.



- Contribuem também nos países de acolhimento, para as suas economias – às vezes sustentando inteiros setores do mercado do trabalho – e para os sistemas sociais, através dos seus impostos e contribuições sociais, investem, criam emprego e inovação.
- A mobilidade contribui para corrigir alguns desequilíbrios demográficos e de mercado do trabalho a nível global; a par de um contributo temporário para a fertilidade.
- As remessas resultantes dos processos migratórios estão a crescer em importância. Em muitos países são, em valor, superiores à assistência ao desenvolvimento ou investimento direto estrangeiro. Nas medidas de planeamento e gestão os países devem ter em atenção medidas destinadas a combater os efeitos negativos da “fuga de cérebros”, mas também para incentivar os/as imigrantes a investir nos países de origem e devolver/contribuir com o seu conhecimento e competências técnicas para o processo de desenvolvimento.

“As migrações – internas e internacionais – atingiram tal nível que não é possível aos responsáveis políticos dos setores do desenvolvimento ignorá-las. Uma grande percentagem da população mundial é afetada diretamente pelas migrações, sejam os próprios 1.000 milhões de migrantes que se deslocam entre fronteiras, as famílias dos migrantes ou as pessoas e negócios que beneficiam de serviços indispensáveis dos migrantes. Assim, tal como é necessária a colaboração de todos na gestão dos impactos das próximas crises financeiras, também será necessário a criação de uma parceria global de forma a fortalecer os impactos das migrações sobre o desenvolvimento”.

William Lacy Swing, Director-Geral, Organização Internacional para as Migrações (OIM), 4 Outubro 2013 em Diálogo de Alto Nível sobre Migração Internacional e Desenvolvimento

(Principais) custos financeiros, humanos, e sociais que prejudicam os ganhos para o desenvolvimento:

- Em 2013, em média, 9% das remessas é retirada aos migrantes para um valor total de \$49 mil milhões das suas poupanças (Relatório Secretário Geral NU “Migração Internacional e Desenvolvimento, Julho 2012);
- Existem agências de recrutamento que retêm até 1/3 do salário das pessoas migrantes;
- Nos países de destino, muitos migrantes, em particular mulheres, tem empregos precários, em sectores não regulados, com maior risco de exploração e abuso;
- Estima-se que haja cerca de 105 milhões de trabalhadores migrantes no mundo, dos quais 21 milhões são vítimas de exploração laboral (IOM);
- A migração, se não for bem gerida, pode exacerbar as desigualdades entre países e dentro do mesmo país;
- Restrições na portabilidade dos benefícios sociais têm um impacto negativo na capacidade de contribuir para o desenvolvimento;
- Mecanismos pouco eficientes de encontro da oferta e procura de emprego podem dificultar o acesso ao mercado do trabalho;
- Procedimentos de reconhecimento das qualificações ineficientes e demorados podem dificultar uma inserção laboral adequada;
- Acesso limitado a cuidados de saúde, e condições precárias de vida e trabalho, contribuem para agravar a iniquidade em saúde, em particular para imigrantes em situação irregular;
- Discursos xenófobos e selectivos então na origem de atitudes discriminatórias e à falta de reconhecimento do contributo das pessoas migrantes nas sociedades de acolhimento.

O lugar das migrações no debate internacional

Em 1994, a **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento** e o respetivo **Plano de Ação** não esqueceram as migrações, nas suas várias formas, e as pessoas migrantes. No Capítulo X é

reconhecido que as Inter-relações económicas, políticas e culturais internacionais desempenham um papel importante no fluxo de pessoas entre os países (em desenvolvimento, desenvolvidos ou com economias em transição).

“Os diversos tipos de migrações e estas inter-relações têm impacto e sofrem o impacto do processo de desenvolvimento. Desequilíbrios económicos internacionais, a pobreza e a degradação ambiental, combinada com a ausência de paz e segurança, violações dos direitos humanos e os diferentes graus de desenvolvimento das instituições judiciárias e democráticas são fatores que afetam a migração internacional (...) A migração internacional também tem o potencial de facilitar a transferência de competências e contribuir para o enriquecimento cultural. No entanto, a migração internacional implica a perda de recursos humanos para muitos países. A capacidade de gestão a longo prazo da migração internacional depende da opção de permanecer em país de origem uma opção viável para todas as pessoas.”

Crescimento económico sustentável, com estratégias de ações e de desenvolvimento compatíveis com este objetivo são um meio necessário para o efeito. Além disso, uma utilização mais eficaz pode ser feita tendo em conta a potencial contribuição de migrantes para o desenvolvimento económico de seus países de origem e de acolhimento.

Desde então e sem referência explícita nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000, os fenómenos migratórios tornaram-se mais complexos e relevantes para o desenvolvimento e há uma maior evidência e reconhecimento desta interligação, em particular:

As conclusões da **Conferência Regional da UNECE “Escolhas Viabilizadoras: Prioridades em matéria de população no séc. XXI”**, realizada em Genebra, 1 e 2 de Julho de 2013, com a presença de mais de 300 participantes de 44 países e representações governamentais (incluindo de Portugal), universidades e centros de investigação, Representantes oficiais, Organismos das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, UNAIDS, UNESCO,OMS/Europa, UNFPA,UNECE,..) e ONG, no ponto 10 recomenda-se que se preste *“mais atenção à proteção e realização dos direitos humanos dos migrantes, dos quais quase metade são mulheres e raparigas particularmente vulneráveis, incluindo as vítimas de tráfico de seres humanos e as que são obrigadas a abandonar as suas casas devido a crises humanitárias”*

O **Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração Internacional e Desenvolvimento (Outubro 2013)** marcou uma mudança qualitativa na discussão sobre a migração e desenvolvimento, considerando a questão do respeito pelos direitos de todas as pessoas migrantes – independentemente do seu estatuto – como fim em si e ao mesmo tempo como pré-condição para o pleno aproveitamento dos benefícios da migração para o desenvolvimento e das sociedades de origem e destino. Ao mesmo tempo, a Declaração afirma claramente que a mobilidade humana deve ser incluída na nova Agenda Pós-2015.

A **nova Agenda Pós 2015**, atualmente em discussão, pretende ter um alcance global e pôr no centro as pessoas, o seu desenvolvimento humano e bem-estar. O quadro de Desenvolvimento pós-2015 não se limitará à eliminação/redução da pobreza mas terá em atenção as questões de desenvolvimento inclusivo, de justiça social, e de combate às desigualdades com uma forte componente de direitos humanos, logo iguais para todas as pessoas.

Em 2000, as migrações não foram inseridas entre os ODM, sendo, naquela altura, consideradas como um reflexo do fracasso do desenvolvimento. Agora, as migrações são vistas como um fator chave para o desenvolvimento, se forem geridas para o benefício de todos os intervenientes e no respeito dos direitos humanos das pessoas migrantes.

Os/as migrantes são agentes de desenvolvimento dos países de origem e contribuem para as sociedades de acolhimento. Contudo, o contributo que podem dar está estreitamente dependente da forma como se deslocam, vivem, e trabalham, e do respeito dos seus direitos humanos e laborais, ou seja da chamada migração segura.

Todos os países (do Norte e do Sul) são chamados a intervir neste debate e um número crescente de países são ao mesmo tempo trânsito, destino, origem de migrantes.

“Ter em atenção o impacto das migrações das mulheres e também nas mulheres e no seu empoderamento; na saúde materna, sexual e reprodutiva e no acesso ao mercado de trabalho. Reconhecer no direito à migração segura, o direito e acesso no país onde vivem, à plena consecução dos direitos humanos e sociais, com destaque para o direito aos cuidados e serviços de saúde em matéria de prevenção e tratamento. A igualdade de género deve ser incluída na defesa de uma equação da mobilidade bem gerida em prol do desenvolvimento mas, sobretudo, deve dar centralidade às pessoas para aproveitamento do seu potencial”,

in Conclusões da **Consulta sobre Igualdade de Género no contexto da Agenda Pós 2015** realizada pela P&D Factor e Camões-ICL, IP, com o UNFPA, a 13 de Maio de 2013, com a participação da OIM.

Mais recentemente o **Relatório Global de Avaliação de progressos, de impacto, lacunas e desafios da CIPD e programação para além de 2014** (Março de 2014), resultado dos dados analisados com os contributos de 176 países, mais Organizações da Sociedade Civil e Academia identificou cinco pilares estruturais e estruturantes para o Desenvolvimento: Dignidade e Direitos Humanos, Saúde, Mobilidade e Origem, Governação e Transparência/prestação de contas e ainda Sustentabilidade.

No contexto das Nações Unidas e da comunidade internacional, foi já assumido que a CIPD não acabou. É sim, agora, uma das agendas perpétuas de Desenvolvimento. Estamos num momento de revisão e análise do estado da população e desenvolvimento em função dos dados (que requer investimento da mais alta qualidade). Há provas de resultados de execução e de impactos complementares da agenda e objetivos da CIPD em todas as áreas do Desenvolvimento, incluindo no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o que permite mostrar as ligações com a agenda global mais ampla.

Com este pano de fundo, a **Consulta Sobre Migração e Desenvolvimento na Agenda Pós 2015**, iniciativa de parceria OIM, P&D Factor e Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP realizada a 27 de Março de 2014 promoveu uma reflexão sobre áreas e políticas setoriais que têm um impacto direto na forma como as pessoas migram, nas suas condições de vida e trabalho, e consequentemente na sua capacidade de contribuir para os países onde residem e os países de onde vêm. Esta consulta centrou-se em torno de quatro eixos, nomeadamente:

- **Saúde** - em particular no que toca à cobertura universal; redução de desigualdades em saúde; acesso dos/as migrantes aos serviços e cuidados de saúde nos países de destino; contributo das migrações e diásporas para reforço do setor do país de origem, impacto sobre indicadores de desenvolvimento de saúde nos países de origem; etc.
- **Igualdade de Género** - contributo das migrações para mudança dos tradicionais papéis de género; empoderamento das mulheres; redução das desigualdades no emprego, no acesso à saúde e educação, incluindo a sexual e reprodutiva; combate à discriminação e violência de género; riscos acrescidos de vulnerabilidade e exploração; abandono de práticas tradicionais nocivas específicas de género; etc.
- **Promoção da igualdade** - combate à discriminação e redução das desigualdades socioeconómicas; inclusão social e combate à violência, exploração e abuso, e tráfico de seres humanos; etc.
- **Acesso ao mercado de trabalho e canais de migração legal** - mecanismos de encontro da oferta e procura de emprego e recrutamento internacional; acesso a canais de migração legal, políticas de vistos; mecanismos de reconhecimento das competências/qualificações e formação profissional; condições de trabalho e risco de exploração e abuso; etc.

As migrações têm merecido crescente relevância e acompanhamento no contexto das discussões sobre as futuras prioridades de desenvolvimento global pós-2015.

No âmbito desta Consulta, os representantes institucionais, da sociedade civil e da academia evidenciaram pontos e recomendações fundamentais para debate sobre o lugar que as migrações e as pessoas migrantes devem ocupar na futura Agenda de Desenvolvimento 2015.

Os contributos resultantes desta consulta temática sobre Migrações surgem assim em 6 grupos de propostas com abordagem de direitos humanos e igualdade de direitos:

Mobilidade e Direitos Humanos

É necessário, em primeiro lugar, destacar a necessidade de promoção de uma maior **coerência entre os domínios políticos de actuação e entender as implicações das questões de segurança e conflitos, estados frágeis e alterações climáticas sobre as dinâmicas populacionais e, em particular, sobre as migrações e mobilidade.**

As abordagens às questões das migrações têm procurado reforçar a necessidade de respeito pelos direitos humanos de migrantes e suas famílias como condição fulcral para a plena participação e envolvimento das pessoas migrantes enquanto agentes de desenvolvimento.

Torna-se essencial **garantir o empoderamento, a proteção e o respeito pela igualdade de direitos dos/as trabalhadores/as migrantes e das suas famílias, bem como reduzir os custos humanos, sociais e económicos das migrações** procurando assim evitar-se situações de abusos e/ou explorações. Este envolvimento sairá naturalmente reforçado caso sejam promovidos canais de migração regular.

É essencial que possa entender-se, cada vez melhor, **a forma como os processos de desenvolvimento a nível nacional, regional e global despoletam, afetam e se relacionam com os movimentos migratórios.** Do mesmo modo, é fulcral entender-se qual **o impacto das ações das comunidades migrantes (em conjunto com parceiros governamentais e internacionais, bem como a sociedade civil) sobre os indicadores de desenvolvimento.**

Para além de elencar os obstáculos, **importa demonstrar as oportunidades de desenvolvimento que as migrações encerram**, nomeadamente os benefícios sociais, económicos, políticos e culturais decorrentes destes movimentos populacionais. Tal poderá passar pelo reforço da voz e da capacidade de influência das comunidades migrantes ou pela insistência na melhoria da perceção das pessoas migrantes nas sociedades de acolhimento.

Integração no país de acolhimento

Portugal é um dos países mais avançados na atribuição de direitos para a proteção de imigrantes e tem importante experiência na formalização de respostas políticas e institucionais à integração de imigrantes, nomeadamente através do reconhecimento da relevância e eficácia dos Planos de Integração de Imigrantes.

A criação e implementação de planos nacionais de integração poderá ser um importante indicador na nova Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, uma vez que coloca o enfoque na integração de migrantes como etapa fundamental para a plena participação nos processos de desenvolvimento dos países de origem, trânsito e destino.

Advocacy e participação

Reforça-se, então, **a importância de dar voz aos intervenientes nos processos migratórios, lutando em prol da inclusão dos interesses das pessoas migrantes em várias áreas setoriais.** A associação de interesses poderá ser uma via a explorar como forma de amplificar a voz das populações e neste contexto os trabalhos de advocacy terão uma considerável importância futura.

Essencial para alcançar estes objetivos será também **promover uma melhoria da perceção do contributo e do impacto das migrações nas sociedades de origem, trânsito e destino** - em particular destacando os muitos ganhos e mais-valias daí advindos.

No contexto de trabalho em que Portugal e o Mundo Lusófono estão inseridos **o trabalho em rede assumirá um papel central no avanço de temáticas relacionadas com as migrações e desenvolvimento.**

Saúde

As pessoas migrantes, pelas condições de vida e de trabalho no país de residência, estão mais expostas a uma debilidade do seu estado de saúde bem como a algumas barreiras no acesso ao sistema nacional de saúde (quer por falta de preparação de profissionais de saúde - conhecimento da lei - como por lacunas de informação em relação aos seus próprios direitos, ou ainda por razões linguísticas e/ou culturais, entre outras). Por essa razão, e ainda que Portugal esteja entre os países mais avançados no que toca a garantir o acesso universal ao sistema de saúde e seja um dos promotores do debate a nível internacional sobre migração e saúde, **é essencial continuar a trabalhar no sentido destas populações terem um acesso adequado aos cuidados de saúde.**

Diferentes áreas e prioridades da saúde relacionam-se com **o domínio das migrações, com o bem-estar e com os direitos dos migrantes: literacia em saúde; legislação em saúde; capacitação dos intervenientes em saúde: profissionais e migrantes; importância de dar voz aos interessados e da advocacy pela integração dos interesses dos migrantes em várias áreas.**

Neste domínio, **dever-se-á, igualmente, insistir em temáticas de saúde sexual e reprodutiva, bem como a saúde materna, planeamento familiar e prevenção e tratamento de IST, incluindo do VIH/SIDA, aplicados ao contexto de migrações.**

As agendas de desenvolvimento não têm colocado um enfoque particularmente evidente nas populações jovens - aquelas que mais frequentemente migram, por se encontrarem em idade activa e reprodutiva.

Por último, **o combate às práticas tradicionais nefastas - e à mobilidade geográfica destes fenómenos associado, também, às migrações - deverá ser reforçado.**

Migração laboral e acesso ao mercado de trabalho

Garantir o acesso ao mercado de trabalho às populações imigrantes é essencial para fortalecer o seu processo de integração na sociedade de destino. No entanto, este é também um factor essencial de reforço do papel destas populações enquanto actores de desenvolvimento para os seus países e comunidades de origem.

Deverão expandir-se e fortalecer-se as boas-práticas neste domínio, nomeadamente:

- **disponibilização de informação para facilitação do acesso ao mercado de trabalho**, para um processo migratório informado e bem preparado **que possa trazer retornos positivos para todos os intervenientes;**
- **a criação de novas e mais flexíveis vias de acesso ao mercado de trabalho** para migrantes;
- **a revisão de políticas de visto e de definição dos contingentes de migração** ou;
- **a garantia do reconhecimento de qualificações** como forma de as populações migrantes assegurarem trabalho correspondente às suas qualificações e competências.

Atendendo à **funcionalidade dos mecanismos de publicação de vagas de trabalho, bem como de selecção e recrutamento internacional** promovido através do EURES (European Employment Services), no âmbito Europeu **recomenda-se estender a prática a outros contextos, nomeadamente o da mobilidade laboral no espaço Lusófono.**

Dimensões de Género

Existem especificidades de género relacionadas com os movimentos migratórios que deverão ser acauteladas no contexto das discussões sobre a futura Agenda de Desenvolvimento pós 2015:

É mais provável que **as mulheres caiam em situações de pobreza e vulnerabilidade do que os homens - devido à discriminação sistemática que enfrentam as mulheres na educação, acesso a cuidados de saúde ou emprego. Atendendo a casos específicos de vulnerabilidade e de desrespeito pelos seus direitos** - resultantes de emprego em setores informais, a pouca ou inexistente regulação e a consequente ausência de proteção social.

A fuga à pobreza é um importante móbil para muitas mulheres iniciarem processos migratórios. Pessoas em situação de maior vulnerabilidade recorrem frequentemente a meios irregulares e com elevado risco para migrarem. Este fator deixa-as em situações de extrema dependência face aos empregadores, e sujeitas a todo o tipo de explorações;

Por outro lado, atendendo à especificidade de género, **dever-se-á igualmente ter particular atenção à melhor perceção das mulheres migrantes enquanto grupo sujeito a discriminações específicas e frequentemente múltiplas.**

Deve igualmente **combater-se ativamente todas as formas de violência de género.** Atendendo à mobilidade geográfica de **diferentes práticas tradicionais nefastas - que afetam e condicionam as mulheres ao longo do seu ciclo de vida, dever-se-á, de forma enérgica, caminhar e no sentido da promoção do abandono e eliminação destas práticas - nomeadamente a mutilação genital feminina ou os casamentos forçados - por constituírem atentados aos seus direitos, incluindo ao bem-estar, à saúde, à educação e em muitos casos, à própria vida.**

Essencial que possa promover-se a **informação, acesso a serviços e empoderamento de grupos específicos de migrantes - nomeadamente as mulheres - para que também estas possam maximizar os retornos decorrentes dos processos migratórios nos quais tomaram parte ativa.**

Os e as participantes desta reunião de Consulta temática reconhecem que parte do sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) enquanto quadro de referência, além da dimensão comunicação, residiu no facto de serem compostos por metas/objectivos e indicadores mensuráveis, concretos e de fácil compreensão. A opinião é de que esta nova Agenda vá além de uma declaração de intenções mas sim que preveja objetivos realistas e mensuráveis. Portugal deve apoiar a introdução do tema das migrações com metas e indicadores mensuráveis nos documentos e propostas a apresentar nacional e internacionalmente no contexto da Agenda pós-2015.

Participantes

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do MADR, Ministério dos Negócios Estrangeiros: DGACCP, DGPE, DGAE, Camões-ICL, IP, Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, CIG, Alto Comissariado para as Migrações, Observatório do Tráfico de Seres Humanos, ACT, IEF, Ministério da Saúde/DGS e Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, ISCTE, CRIA, CESA, Secretariado Executivo CPLP, OIM, Fundação Aga Khan, P&D Factor, AJPAS, APAV, Associação ComuniDária, Médicos do Mundo, Serviço Jesuíta para os Refugiados, UIMAR, Plataforma Portuguesa de ONG de Desenvolvimento, Representantes COCAI - Comunidade Brasileira, Comunidade Cabo-verdiana, Comunidade Guineense e Comunidade Ucrainiana

Após a consulta temática aqui refletida, surge a 30 de Junho de 2014, no Grupo de Trabalho sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o documento Zero Draft que demonstra que há progressos significativos na discussão a nível internacional. Pela primeira vez, há um número específico de metas sobre a migração e os migrantes, em Objectivos relacionados com a «Promoção de um crescimento económico sustentável e inclusivo e trabalho digno para todos»; «Redução das desigualdades dentro e entre os países»; «Criação de sociedades inclusivas e pacíficas, estado de direito»; Reforço da parceria global para um desenvolvimento sustentável - este é, no entanto, como o próprio nome indica um documento de trabalho.

Iniciativa:



IOM International Organization for Migration
OIM Organização Internacional para as Migrações

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o apoio:



Edição:



Associação sem fins lucrativos | ONG-D | NIPC 510457754

Contacto: (+351) 917908514
Email: popdfactor@gmail.com - info@popdesenvolvimento.org
Site: www.popdesenvolvimento.org